

**Estratégias de Procura do Trabalho, Uso do Seguro-Desemprego e Qualificação
Profissional na Região Metropolitana de Porto Alegre.**

Desde o final de 2005, as entidades que integram o **Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (Sistema PED)** vêm desenvolvendo ações para ampliar a utilização de suas bases de dados no delineamento de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e uma distribuição mais eqüitativa da renda e da riqueza gerada.

Em 2008, foi incluída nesta agenda a geração de novas informações primárias, que associadas às já corriqueiramente levantadas pelas seis unidades de pesquisa do Sistema PED, alavancam o patamar de entendimento sobre as dinâmicas que condicionam a absorção e valoração da força de trabalho em importantes regiões metropolitanas e no Distrito Federal. Assim, oportunizada pelo projeto *Consolidação do Sistema Estatístico PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamentos (Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N°. 092/2007 – DIEESE e Termos Aditivos)*, entre maio e outubro de 2008, foi realizada a pesquisa domiciliar *Informações para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda*.

Na região metropolitana de Porto Alegre, esta investigação concretizou os esforços da Fundação de Economia e Estatística (FEE), da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), da Fundação Seade e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e seus primeiros resultados são apresentados neste Boletim. Em particular, este primeiro estudo traz informações relativas aos requisitos exigidos do trabalhador assalariado no momento da contratação, os mecanismos ou meios utilizados para obtenção da inserção ocupacional, bem como o uso do seguro-desemprego. Além disso, este estudo traz informações relativas à Qualificação Profissional.

Meios e Requisitos para a Obtenção de Trabalho Assalariado

Entre maio e outubro de 2008, as informações apuradas pela **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)** mostram que 63,7% dos 3.141 mil indivíduos com quatorze anos ou mais de idade residentes na **região metropolitana de Porto Alegre - RMPA** atuavam no mercado de trabalho, perfazendo, em números absolutos, 2.001 mil pessoas economicamente ativas. Dentre estas, 1.777 mil trabalhadores integravam o contingente de ocupados e 224 mil estavam desempregados, percentual que correspondia a 11,2% da PEA – Tabela 1.

Tabela 1
Estimativas da População em Idade Ativa com 14 anos e mais, População Economicamente Ativa, Ocupados, Desempregados e Inativos.
Região Metropolitana de Porto Alegre
Maio a Outubro de 2008

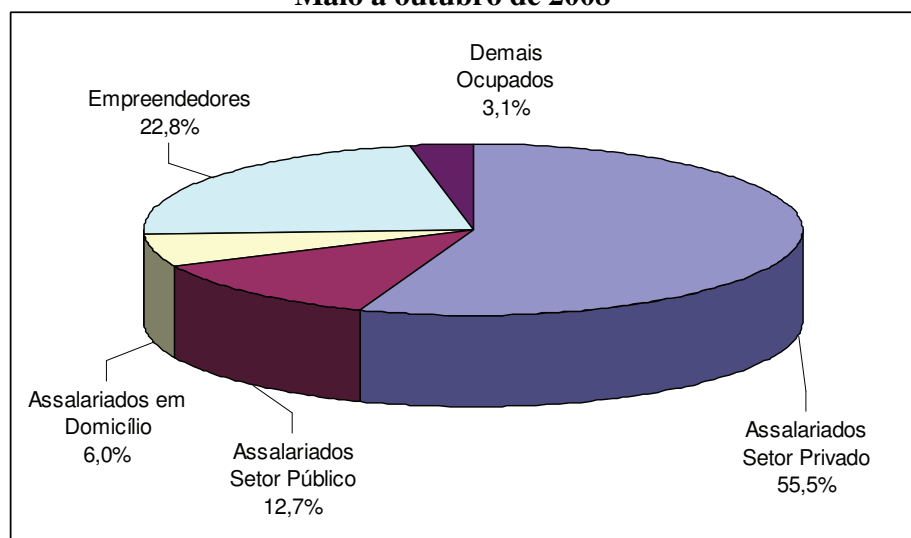
Indicadores	Estimativas (em mil pessoas)	%
População em Idade Ativa (em 1.000 pessoas)	3.141	100,0
População Economicamente Ativa	2.001	63,7
Desempregados	224	7,1
Ocupados	1.777	56,6
Inativos	1.140	36,3
Taxas		
Participação (em % da PIA)	63,7	-
Desemprego (em % da PEA)	11,2	-

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

No período investigado, a forma de inserção ocupacional predominante no RMPA era o assalariamento (74,1%), que incorporava uma parcela importante de trabalhadores na esfera produtiva privada (55,5%), outro contingente significativo no setor público (12,7%) e, em menor magnitude, em domicílios, através do emprego doméstico (6,0%). Dentre as inserções restantes,

sobressai o engajamento, que alternativamente a subordinação de um empregador, era viabilizado pela organização do próprio negócio e/ou empreendimento (22,8%) – Gráfico 1.

Gráfico 1
Distribuição dos ocupados, segundo formas de inserção.
Região Metropolitana de Porto Alegre
Maio a outubro de 2008



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Entre maio e outubro de 2008, o meio mais utilizado para a obtenção do trabalho por aqueles que se empregaram em empresas, órgãos públicos ou domicílios foi o *contato direto com o empregador* (43,5% dos assalariados). Em seqüência, o acionamento da *rede de contatos pessoais* foi decisivo para a conquista do posto de trabalho atual (34,7%) e o engajamento em *concursos públicos* (12,6%) – Tabela 2.

A proporção de assalariados que obteve o posto de trabalho atual através de estruturas especializadas para a intermediação da força de trabalho foi menor (9,2%). Dentre estes, ainda, a alocação de trabalhadores realizada por agencias privadas de emprego e estágio superava o esforço de intermediação da rede de atendimento pública (7,2% contra 2,0%, respectivamente).

A proporção de empregados que relataram ter obtido o trabalho atual através de parentes, amigos ou conhecidos era acentuadamente maior dentre os trabalhadores domésticos (79,1%),

para os quais parece essencial esta via para circulação de informações, tanto sobre disponibilidade de vagas, quanto das relativas ao perfil dos candidatos. Também era expressivo o percentual daqueles trabalhadores inseridos no setor privado que se utilizou de contatos pessoais para viabilizar uma inserção produtiva no mercado de trabalho (35,8%). Por outro lado, a rede social era um meio relevante para a obtenção do emprego para apenas uma parcela pequena dos trabalhadores do setor público (8,4%).

Tabela 2
Distribuição dos assalariados de 14 anos e mais por setor institucional, segundo meio utilizado para obtenção do trabalho atual.
Região Metropolitana de Porto Alegre
Maio a Outubro de 2008

(%)

Meios para obtenção de trabalho	Total	Setor institucional		
		Setor Privado (2)	Setor Público	Em Domicílios
Total de Assalariados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0
Empresa empregadora/Empregador	43,5	60,0	11,4	17,6
Agência privada/órgão intermediação de estágio	7,2	7,7	7,1	(3)
Organizações comunitárias/Centrais e Sindicatos	(3)	(3)	(3)	(3)
Rede Social	34,7	35,8	8,4	79,1
Concurso público	12,3	(3)	72,0	-
Posto público de atendimento ao trabalhador	2,0	2,4	(3)	(3)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Inclui contratados com e sem carteira assinada do setor privado, contratados do setor público, empregados domésticos.

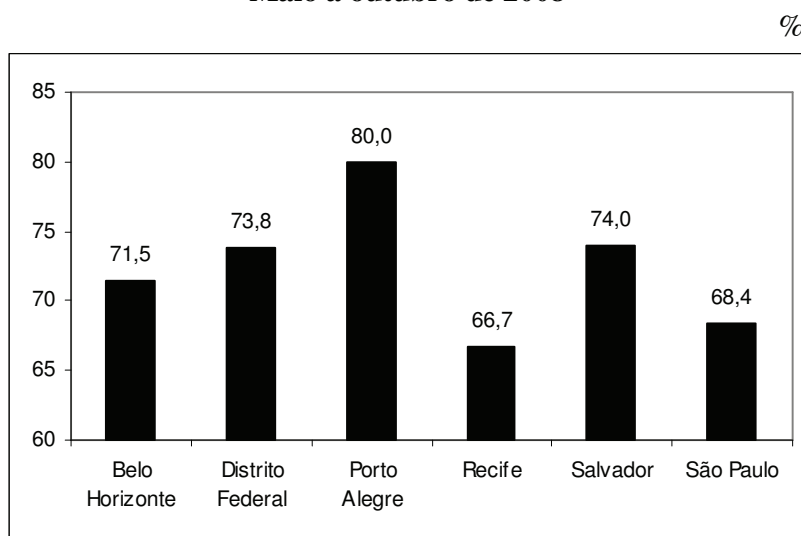
(2) Inclui contratados com e sem carteira de trabalho assinada e exclui os empregados domésticos.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O contato direto com a empresa ou empregador era mais frequente dentre os assalariados do setor privado (60,0%), sendo o modo mais eficiente para o alcance do posto de trabalho neste segmento. Este meio também era relatado como meio de acesso ao trabalho no setor público por 11,4% de seus assalariados. O concurso público, por sua vez, constituía a via predominante de inserção no emprego público (72,0%).

Superada a tarefa de encontrar a via ou meio eficaz para a obtenção do trabalho, para 80,0% dos assalariados da RMPA, a contratação esteve sujeita ao atendimento de exigências ou requisitos por parte do então candidato à vaga oferecida. Esta proporção era a maior encontrada entre todas as áreas investigadas.

Gráfico 2
Proporção de assalariados para os quais foram exigidos
requisitos na contratação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Maio a outubro de 2008



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Relacionadas às expectativas de produtividade, cognição e habilidade, as condições requeridas dos assalariados eram principalmente de níveis específicos de escolaridade (65,9%) e experiência profissional anterior (40,0%). Em menor medida, porém figurando de modo relevante, estavam aqueles assalariados aos quais foi necessário comprovar a realização de cursos ou deter conhecimentos específicos (23,7%) – Tabela 3.

Os requisitos de contratação mostraram-se distintos segundo setor institucional do trabalhador. Assim, para os empregados públicos, segmento no qual predominam seleções ancoradas em provas e atestados de escolaridade, a proporção de assalariados neste segmento para os quais haviam sido exigidos determinados patamares de escolarização chegou a 92,5%. Porém, para 30,8% de seus empregados foi exigida a comprovação de conhecimentos específicos,

situação relacionada a variada presença de funções especializadas exercidas por servidores públicos. Além disso, a proporção de servidores públicos para os quais a experiência anterior foi decisiva na contratação foi de 12,6%.

Tabela 3
Proporção de assalariados para os quais foram exigidos requisitos na contratação
por setor institucional, seguindo tipo de exigência.
Região Metropolitana de Porto Alegre
Maio a outubro de 2008

Setor Institucional	Exigências requeridas			
	Total (3)	Escolaridade	Cursos ou outros conhecimentos (4)	Experiência Profissional
Total de Assalariados (1)	80,0	65,9	23,7	40,0
Setor Privado (2)	81,6	65,8	24,4	47,2
Setor Público	93,5	92,5	30,8	12,6
Em Domicílios	36,4	(5)	(5)	31,5

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

No setor privado, embora as exigências de níveis específicos de escolarização sejam menores relativamente ao setor público, estas estão longe da irrelevância, pois para mais da metade de seus assalariados este foi um critério definidor para obtenção do posto de trabalho (65,8%). A experiência anterior de trabalho foi crivo definidor da contratação para 47,2% dos trabalhadores, ao passo que para 24,4% dos assalariados do setor produtivo privado foi exigido a realização de cursos e/ou a posse de outros conhecimentos específicos.

O emprego doméstico responde por parcela expressiva do assalariamento metropolitano (6,0%), constituindo-se, sabidamente, em espaço de absorção da força de trabalho feminina. Nesta inserção, as trabalhadoras tendem a reproduzir, no âmbito profissional, atividades, habilidades e parâmetros de conduta amealhados ao longo da vida privada e apreendidos em seu próprio domicílio. Deste modo, as exigências ali vigentes se restringem, quase exclusivamente, a experiência anterior, mesmo assim para apenas 31,5% delas.

A relação entre os meios de obtenção do atual posto de trabalho e os requisitos exigidos à época de seu preenchimento dá uma visão mais detalhada desse tema. Esta perspectiva indica

que o enfrentamento de condições para contratação é relevante para todos os meios utilizados na obtenção de trabalho, mesmo sendo sensivelmente menor para aqueles que alcançaram o posto atual através de rede de parentes, amigos ou conhecidos (67,3%) – Tabela 4.

Outro aspecto relevante é a predominância das exigências de escolaridade em quase todos os meios utilizados para a obtenção de trabalho. Para além dos, já esperados, níveis de escolarização requeridos entre aqueles que se engajam pela via do concurso público (95,1%), chama atenção o fato de que a escolaridade foi uma exigência requerida para 89,5% dos que obtiveram o trabalho atual através de agências privadas de intermediação e/ou a agenciadoras de estágio.

Tabela 4
Proporção de ocupados de 14 anos e mais contratados, para os quais foram exigidos requisitos para o exercício do trabalho atual, segundo meio utilizado para obtenção do trabalho atual e tipo de exigência requerida.
Região Metropolitana de Porto Alegre
Maior a Outubro de 2008

Meios utilizados para a obtenção do trabalho	Exigências requeridas			
	Total (2)	Escolaridade	Cursos ou outros conhecimentos (3)	Experiência profissional
Total de Assalariados (1)	80,0	65,9	23,7	40,0
Empresa empregadora/Empregador	82,9	67,2	26,4	50,2
Agência privada/órgão intermediação de estágio	96,8	89,5	32,3	36,9
Organizações comunitárias/Centrais Sindicais	(4)	(4)	(4)	(4)
Rede social	67,3	48,8	15,0	38,6
Concurso público	95,6	95,1	32,7	10,5
Posto público de atendimento ao trabalhador	84,7	67,8	(4)	49,8

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
(1) Inclui contratados com e sem carteira assinada do setor privado, contratados do setor público, empregados domésticos. (2) Totaliza os empregados para os quais houve exigência de algum pré-requisito. (3) Inclui cursos de capacitação profissional na área pretendida, conhecimento de idiomas estrangeiros, conhecimento de informática e outros conhecimentos. (4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A experiência de trabalho anterior constitui o segundo requisito reportado pelos assalariados para que tenham atingido êxito na busca por ocupação. Tal exigência se destaca entre os que recorreram diretamente a empresa ou ao empregador (50,2%) e entre os que buscaram os postos públicos de atendimento ao trabalhador (49,8%).

Já cursos e conhecimentos específicos foram mais exigidos, sobretudo, pelos assalariados que utilizaram o concurso público como meio de obtenção de um trabalho (32,7%), daqueles que ultrapassaram as seleções realizadas por agências privadas de intermediação e/ou agenciadoras de estágio (32,3%), bem como dos que participaram de seleções promovidas diretamente pelos empregadores (26,4%).

Por fim, cumpre registrar que os meios utilizados na busca de trabalho e as exigências requeridas para o preenchimento dos postos oferecidos guardam relação com a estabilidade e rendimentos auferidos através do trabalho contratado. Assim, na Região Metropolitana de Porto Alegre encontravam-se assalariados com períodos de permanência maior em suas inserções atuais dentre aqueles aos quais foram exigidos cursos e/ou conhecimentos específicos e níveis determinados de escolaridade - respectivamente, 73 e 70 meses. Em consonância, os salários são maiores para os assalariados para os quais foram exigidos cursos (R\$ 1.521) – Tabela 5.

Tabela 5

**Tempo médio de permanência no posto de trabalho atual e rendimento médio real dos assalariados por tipo de exigência requerida na contratação.
Região Metropolitana de Porto Alegre
Maio a Outubro de 2008.**

Exigências Requeridas	Tempo Médio de Permanência (Em meses)	Rendimento Médio Real Mensal (1)
Total	66	1.229
Escolaridade	70	1.342
Cursos ou outros conhecimentos (2)	73	1.521
Experiência Profissional	51	1.182

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Em reais de setembro de 2008

(2) Inclui cursos de capacitação profissional na área pretendida, conhecimento de idiomas estrangeiros, conhecimento de informática e outros conhecimentos

Uso do Seguro-Desemprego

Na RMPA, 20,7% dentre os residentes com idade igual ou superior aos 14 anos tiveram acesso ao seguro-desemprego em algum momento ao longo dos últimos oito anos. Com isto, o contingente que havia feito uso deste mecanismo para sustentação temporária de renda no período compreendido entre janeiro de 2000 e outubro de 2008 ficou contabilizado em 650 mil pessoas.

De tal modo, ainda que os critérios para a concessão do seguro-desemprego sejam sabidamente rígidos diante das características do mercado de trabalho brasileiro, os benefícios distribuídos nos últimos oito anos atingiram parcela importante da população residente na RMPA. Para esta avaliação, ainda cabe referir, tal estimativa pode ser considerada conservadora, uma vez que parte dos beneficiários do seguro podem ter deixado a região.

Tabela 6

Proporção de pessoas com 14 anos e mais que usam ou usaram seguro-desemprego nos últimos 8 anos, segundo condição de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Maio a Outubro de 2008

Condição de Atividade	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal					
	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
População Total	18,8	15,9	20,7	12,7	15,5	18,3
População Economicamente Ativa	16,2	14,0	17,9	11,0	13,8	16,1
Ocupado	14,4	11,2	15,3	8,0	10,3	13,5
Desempregados	1,8	2,8	2,6	3,0	3,5	2,6
Em Desemprego Aberto	1,3	1,7	1,9	1,8	2,1	1,7
Em Desemprego Oculto	0,5	1,1	0,7	1,2	1,4	0,9
População Inativa	2,5	1,8	2,8	1,7	1,7	2,2

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
 Elaboração: DIEESE

Esse volume de beneficiários deve levar em conta, naturalmente, o modo como a estrutura econômica da RMPA reagiu às instabilidades econômicas dos primeiros anos da década atual, sobretudo, seus reflexos na eliminação, circunstancial ou definitiva, de postos de trabalho. Este movimento determinante do limite superior ou teto de uso do seguro, contudo é limitado pela proporção dos empregos com carteira assinada nesses mercados de trabalho – critério de elegibilidade ao uso do seguro-desemprego.

Deste modo, o principal elemento definidor da elegibilidade de um indivíduo ao benefício é o rompimento de um contrato formal de trabalho, e, como parcela expressiva da população ativa não tem acesso a este tipo de inserção, é inelegível ao uso do seguro por princípio.

Porém, nem todos os que têm seus contratos de trabalho formais rompidos estão habilitados ao uso do seguro. Uma forma de mensurar este fenômeno é a comparação entre o número médio de vínculos formais rompidos nos últimos oito anos pelos residentes na RMPA (1,6 vínculos por pessoa) e o número médio de uso do seguro (1,3 por pessoa) – Tabela 7.

Tabela 7
Número médio de empregos com carteira assinada perdidos ou deixados nos últimos 8 anos pela população com 14 anos e mais de idade⁽¹⁾, segundo atributos pessoais
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - Maio a Outubro de 2008

Regiões Metropolitanas	Número absoluto	
	Postos assalariados c/carteira perdidos	Uso do seguro-desemprego
Belo Horizonte	1,6	1,3
Distrito Federal	1,4	1,2
Porto Alegre	1,6	1,3
Recife	1,4	1,3
Salvador	1,5	1,3
São Paulo	1,5	1,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui apenas as pessoas com 14 anos e mais de idade que já tiveram algum trabalho anterior remunerado e que perderam ou deixaram algum emprego com carteira assinada nos últimos 8 anos.

Entre as razões que limitaram o acesso efetivo ao seguro-desemprego pelos trabalhadores da RMPA, o afastamento do trabalho ter ocorrido por iniciativa do empregado (28,8%) destacou-se, seguido pelo fato de o tempo de permanência no posto perdido não alcançar o limite mínimo

de 6 meses (24,4 %). Já a finalização de contratos temporários de trabalho motivou o não recebimento do seguro por 5,9% dos trabalhadores que perderam postos assalariados regulamentados – Tabela 8.

Tabela 8
Distribuição das pessoas com 14 anos que perderam tos de trabalho assalariados nos últimos 8 anos e não usaram seguro-desemprego Região Metropolitana de Porto Alegre - Maio a Outubro de 2008

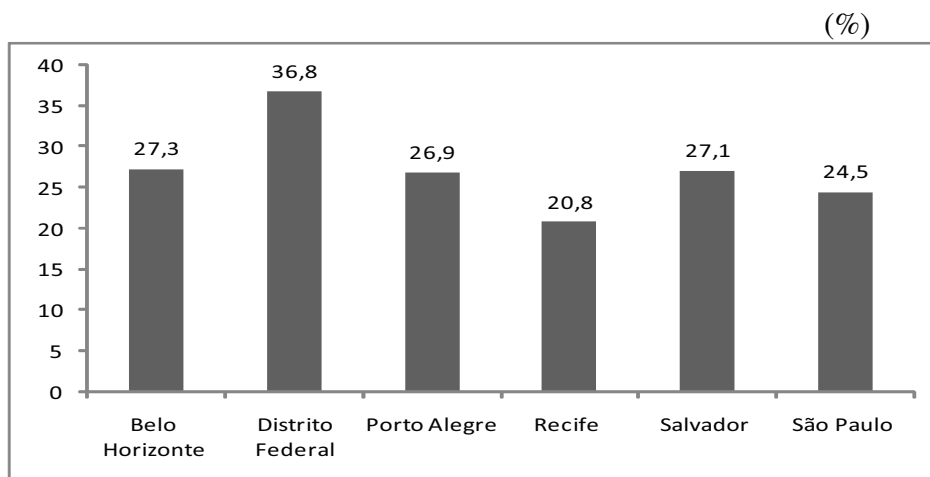
Motivos de não ter usado o seguro-desemprego	%
Contrato Temporário	7,1
Pediu demissão	28,0
Não ficou desempregado nesse período	11,4
Teve outras rendas/trabalhos	10,4
Faltou completar o período de carência	24,0
Não vale a pena/muita burocracia	(2)
Foi despedido por justa causa	(2)
Outros	24,4

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Qualificação Profissional

Nos últimos três anos, a participação em algum curso ou treinamento destinado à qualificação profissional mobilizou 26,9% da população com 14 anos e mais de idade na RMPA. Este percentual – que incorpora todas as iniciativas realizadas no âmbito da preparação para o trabalho – situa-se acima do verificado na região metropolitana de Recife e de São Paulo, mas aquém do registrado pelo Distrito Federal e pelas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Salvador - Gráfico 4.

Gráfico 4
Proporção das pessoas de 14 anos e mais segundo realização de cursos de capacitação e/ou qualificação nos últimos três anos -Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
Maio a outubro de 2008



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Analisada sob a perspectiva da inserção ocupacional e condição socioeconômica, identifica-se que é maior a proporção daqueles que buscaram qualificação nestes últimos três anos na RMPA entre os atuais desempregados (38,8%), em seguida, assume maior importância entre os ocupados (33,5%), e é menor entre os inativos (14,3%). Em qualquer uma dessas inserções, é inequívoca a relação entre iniciativas de qualificação e renda disponível por membro da família. De tal sorte, mais da metade dos desempregados do grupo 4, maior patamar de renda familiar per capita, participaram de cursos formativos – Tabela 9.

Tabela 9
Proporção da população de 14 anos e mais que realizou cursos de capacitação e/ou qualificação por condição ocupacional, segundo grupos de renda familiar per capita.
Região Metropolitana de Porto Alegre - Maio a outubro de 2008

Situação no trabalho	Grupo segundo renda familiar per capita				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	19,6	20,4	27,1	36,8	26,9
Desempregado	31,7	35,3	50,1	62,4	38,8
Ocupado	20,3	24,6	32,2	45,3	33,5
Inativo	14,7	11,4	14,1	16,9	14,3

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Contudo, disparidades em níveis de renda, de modo isolado, não explicam as diferenças na qualificação. De fato, características pessoais, longe de conferirem neutralidade aos mercados de trabalho, como já identificado em estudos anteriores, no mínimo potencializam desigualdades. Os homens da RMPA apresentam propensão para freqüentar cursos de qualificação superior a das mulheres. Ademais, constata-se que os não-negros apresentam um maior acesso à qualificação, o que condiz com a maior intensidade da presença deste grupo de cor na região – Tabela 10.

As informações coletadas pelo Sistema PED também registram a estreita relação entre qualificação profissional e a juventude, período em que esta formação pode tornar-se instrumento de ingresso no mercado de trabalho. Deste modo, para a população com idade entre 18 e 24 anos do grupo de renda familiar per capita mais elevada, 76,0% dos jovens realizaram atividades de formação profissional nos últimos três anos. Não obstante tal percentual seja inferior para a população entre 14 e 17 anos, a partir da faixa de jovens entre 18 e 24 anos ele decrescente à medida que se amplia o estrato etário sob análise. Ademais, na medida em que a renda cresce observa-se que os cursos e treinamentos se incorporam a rotina dos adultos, sobretudo os inseridos em unidades familiares de maior renda.

É acentuada ainda a relação entre qualificação profissional por cursos ou treinamento e escolaridade, o que se evidencia com a incorporação de recortes de renda. Com efeito, quanto maior a escolaridade, maior o percentual de participação em cursos preparatórios para o trabalho, o que se acentua com o ensino médio completo e níveis de renda mais elevados, quando atinge, respectivamente, 42,6% e 42,9%.

Tabela 10
Proporção da população de 14 anos e mais que realizou cursos de capacitação e/ou
qualificação por atributos pessoais, segundo grupos de renda familiar per capita.
Região Metropolitana de Porto Alegre
Maior a outubro de 2008

Atributos pessoais dos membros das famílias (de 14 anos ou mais)	Grupo segundo renda familiar per capita				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	19,6	20,4	27,1	36,8	26,9
Sexo					
Masculino	20,3	22,5	28,5	38,9	28,5
Feminino	19,0	18,8	25,8	34,9	25,5
Cor (1)					
Negra	18,8	19,5	25,5	28,8	22,3
Não-negra	19,8	20,7	27,4	37,5	27,7
Posição no domicílio					
Chefe	16,7	16,2	20,0	29,2	20,9
Demais	21,8	23,4	32,1	43,8	31,3
Cônjuge	12,6	13,5	19,6	31,0	20,2
Filho	29,2	34,5	47,2	62,5	44,2
Outros	23,6	22,6	27,7	36,8	27,0
Faixa etária					
14 a 17 anos	26,9	32,5	49,8	42,5	35,1
18 a 24 anos	38,2	41,9	51,5	76,0	51,7
25 a 39 anos	19,4	24,9	35,5	54,8	35,8
40 a 49 anos	13,0	14,1	19,5	35,4	21,3
50 e mais	(4)	(4)	6,0	12,0	7,4
Nível de instrução					
Analfabeto	(4)	(4)	(4)	(4)	(4)
Fundamental incompleto	10,0	8,5	9,0	7,8	8,8
Fundamental completo					
(2)	23,5	25,3	27,0	21,7	24,2
Médio completo (3)	39,6	38,1	44,2	47,0	42,6
Superior completo	40,2	(4)	43,5	46,6	42,9

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

(1) Negra corresponde às pessoas de cor parda e preta. Não-negra corresponde às pessoas de cor branca e amarela. (2) Inclui indivíduos com ensino médio incompleto.

(3) Inclui indivíduos com ensino superior incompleto

(4) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Em relação aos indivíduos que se qualificam realizando cursos de capacitação, via de regra, mais da metade teve acesso e se manteve nestes cursos – total ou parcialmente – com financiamento próprio. Na RMPA, esse percentual alcançou 58,7% da população que realizou cursos. Tal constatação reitera a percepção de que a qualificação, na maioria dos casos, permanece sendo uma prática dependente do próprio esforço dos indivíduos e de seus familiares – Tabela 11.

No que se refere à gratuidade dos cursos oferecidos, destaca-se o fato de quase um quinto dessas oportunidades terem sido gratuitas, sendo acessados, preferencialmente, por membros de famílias de menor renda (32,4% no grupo 1). Em sentido oposto, constata-se que a capacitação custeada pelas empresas é mais freqüente no segmento mais abastado da população – chegando a perfazer 30,6% dos indivíduos com experiências formativas.

Tabela 11
Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais, com cursos de capacitação,
por grupos de renda familiar per capita, segundo fontes de financiamento.
Região Metropolitana de Porto Alegre
Maior a Outubro de 2008

Fontes de financiamento dos cursos de qualificação (nos últimos 3 anos)	Grupo segundo renda familiar per capita - RM				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total ou parcialmente pago com recursos próprios	53,3	57,0	60,9	57,8	58,7
Com recursos da empresa	13,8	20,0	22,4	30,6	23,0
Totalmente gratuito	32,4	22,4	16,5	11,0	17,8
Outras	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Em relação à natureza das instituições de realização dos cursos profissionalizantes, o que inclui cursos de capacitação e também os que conferem diplomas de nível técnico a seus egressos, identificou-se a prevalência das instituições de ensino particular, principalmente, a dos institutos de qualificação profissional. Na RMPA, estes estabelecimentos respondiam por 39,4% da população atendida – Tabela 12.

Destaque-se ainda a importância das escolas técnicas, do Sistema S e das empresas empregadoras como importantes instituições que ofertam cursos profissionalizantes: 14,5%, 14,0% e 13,3%, respectivamente, da população com 14 anos ou mais utilizaram dessa via para realizar um curso de qualificação profissional. Observou-se também que a qualificação realizada pelas empresas empregadoras atendia preferencialmente a população que dispunha de maior renda – 16,1% era a proporção dos indivíduos atendidos por esses organismos, no grupo 4 de renda.

Tabela 12
Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais, com cursos de capacitação, por grupos de renda familiar per capita, segundo natureza institucional do responsável pelo curso.
Região Metropolitana de Porto Alegre
Maio a Outubro de 2008

(%)

Entidades realizadoras dos cursos de qualificação (nos últimos 3 anos)	Grupo segundo renda familiar per capita - RM				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Escola técnica	14,8	15,5	15,7	12,1	14,5
Faculdade/ Universidade	(2)	(2)	(2)	7,3	3,6
Sistema S	11,2	16,3	17,5	11,5	14,0
Empresa empregadora	(2)	13,0	12,1	16,1	13,3
ONGs, igrejas etc.	14,2	(2)	(2)	(2)	5,8
Institutos de qualif. Profissional	40,3	39,4	40,5	37,5	39,4
Demais (1)	(2)	(2)	7,5	11,9	9,5

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Inclui Centros de educação tecnológica, Sebrae, Sindicatos e centrais sindicais, e Outros tipos de entidades.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

As razões para não qualificação na RMPA, particularmente daqueles residentes que demonstram necessidade e interesse, recaem emblematicamente sobre dois obstáculos – a falta de

recursos (18,7%) e a falta de tempo (15,5%). A ausência das condições mínimas para o financiamento de ações formativas, como esperado, aflige mais acentuadamente aqueles que se inserem em agrupamentos familiares de menor renda (32,7%); enquanto a escassez de tempo era um motivo aventado em proporção maior entre os indivíduos pertencentes aos estratos de renda superiores.

Registre-se, ainda, que entre os indivíduos de 14 anos e mais da RMPA que não tinham participado de cursos com o objetivo de obter qualificação para o trabalho nos últimos três anos, há destaque nos relatos que fundamentam da não capacitação na ausência de interesse ou necessidade dos entrevistados (60,7%) – Tabela 13.

Tabela 13
Distribuição dos indivíduos de 14 anos ou mais que não participaram de cursos de capacitação, por grupos de renda familiar per capita, segundo razões para não qualificação
Região Metropolitana de Porto Alegre
Maio a Outubro de 2008

Principal motivo da não qualificação/ capacitação profissional (nos últimos 3 anos)	Grupo segundo renda familiar per capita – DF				Total
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Falta de recursos financeiros	32,7	23,2	16,2	7,6	18,7
Falta de tempo	10,9	14,1	16,2	18,2	15,5
Não tem os requisitos exigidos (1)	3,0	2,9	2,4	(3)	2,3
Demais motivos (2)	2,9	3,2	2,8	3,0	2,8
Não tem interesse/ não necessita	50,5	56,7	62,4	69,8	60,7

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) Inclui requisitos de escolaridade, idade, etc.

(2) Inclui falta de escolas ou cursos perto da residência ou trabalho; baixa qualidade dos cursos disponíveis; duração muito extensa dos cursos ou outros motivos.

(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.